

# Data Venia



Ana Maria Campos  
camposanaria5@gmail.com



## Divórcio e guarda de filhos lideram homologações de sentenças estrangeiras no Brasil

O STJ tem registrado, nos últimos anos, um volume anual superior a mil pedidos de homologação de sentença estrangeira, procedimento necessário para que decisões judiciais proferidas fora do país tenham validade no Brasil. Levantamento realizado pelo escritório Galvão & Silva Advocacia, com base em dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Ministério das Relações Exteriores e do próprio STJ, mostra que o tribunal julga, em média, entre 1.300 e 1.500 processos por ano nessa classe. Só entre janeiro e outubro de 2025, foram contabilizados 1.346 julgamentos.

## Segurança jurídica

O estudo identificou que a maior parte das homologações envolve questões de direito de família. Considerando divórcios (45%), guarda de filhos (18%) e adoções internacionais (10%), esses temas somam mais de 70% dos pedidos. Execução civil representa 15% dos casos, enquanto disputas comerciais correspondem a 12%. "A homologação garante segurança jurídica para que decisões proferidas fora do país possam produzir efeitos no Brasil", afirma o sócio-fundador do escritório Galvão & Silva Advocacia, Daniel Ângelo Luiz da Silva.

CARLOS VIEIRA



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



# Diversidade em debate

O movimento pela indicação de uma jurista negra para o Supremo Tribunal Federal (STF) ganhou força após a rejeição de Jorge Messias pelo Senado na semana passada. Segundo interlocutores do presidente Lula, ele não desistiu de enviar novamente o nome do advogado-geral da União (AGU) ao Congresso para uma outra de negociações com os senadores. Mas cresce, também, a ideia de adotar novo caminho: alguém com perfil progressista, respeitável e com reputação ilibada fora do círculo pessoal do presidente, como Flávio Dino e Cristiano Zanin. Nomes com esse currículo que surgem nesses debates são o da ex-ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Vera Lúcia Santana de Araújo e da desembargadora Jaceguara Dantas da Silva, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, hoje conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

## Gonet cassa aposentadoria da promotora envolvida na Caixa de Pandora

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, cassou a aposentadoria da promotora de Justiça Deborah Giovanetti Guerner, em decorrência do trânsito em julgado de condenação em ação da Operação Caixa de Pandora. A portaria do chefe do Ministério Público Federal foi assinada em 14 de abril. Deborah sofreu condenação por extorsão ao então governador José Roberto Arruda. Segundo a denúncia, ela exigiu benefícios empresariais para não divulgar o vídeo em que Arruda aparece recebendo dinheiro de Durval Barbosa, antes de se eleger ao Palácio do Buriti. Também denunciado neste caso o ex-procurador-geral de Justiça do DF Leonardo Bandarra foi absolvido.



Instagram

## Medalha

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Jorge Oliveira foi agraciado com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios concedida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). Oliveira é oficial da reserva da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), tendo servido na instituição por mais de 20 anos



Divulgação/TJDFT

## Protagonismo feminino na Defensoria Pública

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais (Anadef) celebra 45 anos com sessão solene no Senado Federal, nesta quinta-feira (07), reunindo a senadora anfitriã, Dra. Eudócia Caldas (PSDB-AL), e a atual presidente da entidade, Luciana Dytz, que está em seu terceiro mandato. A trajetória da Anadef é marcada pelo protagonismo feminino desde a origem: a primeira presidência foi ocupada por uma mulher. A comemoração ocorre em um momento simbólico para a Defensoria Pública da União (DPU). O Senado acaba de aprovar a indicação de Tarcijany Linhares (foto) para chefiar a instituição. Nordeste, formada em escola pública e integrante da carreira, ela foi indicada pelo presidente Lula a partir de lista tripla elaborada pelos próprios defensores.



Divulgação/Agência Senado

## Livro homenageia Gilmar Mendes em debate sobre a Constituição e tecnologia

O livro *Constitucionalismo digital e seus desafios — reflexões em homenagem ao ministro Gilmar Ferreira Mendes* (Editora Fórum) reúne visões de juristas brasileiros sobre como a tecnologia está transformando a democracia, a jurisdição constitucional e a própria interpretação da Constituição. A obra analisa, de forma abrangente, temas como regulação do ambiente digital, responsabilidade das plataformas, proteção de dados, desinformação, imunidade parlamentar na internet, inteligência artificial, impactos algorítmicos e inclusão digital no acesso à Justiça. Lançada, ontem, na biblioteca do STF, a obra é coordenada pelos advogados Pedro Ivo Velloso, Marilene Carneiro Matos e Ronald Siqueira Barbosa Filho. Trata-se de uma homenagem ao ministro Gilmar Mendes que reforça o papel de sua trajetória comprometido com princípios constitucionais em tempos de transformações tecnológicas.



Ed Alves CB/D.A Press



Rosinei Coutinho/STF

**"A Constituição não é ornamento. É direção. É limite. É proteção. Dá forma à liberdade e impede que o poder se desvie de sua finalidade"**

**Ministro Edson Fachin,**  
presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)